



Proceedings

ISBN 978-989-8780-09-6



100 O TEU VERDE NÃO É O MEU VERDE. DAR VOZ ÀS COMUNIDADES PARA UMA TRANSIÇÃO VERDE MAIS INCLUSIVA

Joana Nogueira*; **Sara Simões**

Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Unidade de Investigação proMetheus em Materiais, Energia e Ambiente para a Sustentabilidade, Portugal

joananogueira@esa.ipv.pt; ssimoes@esa.ipv.pt

Resumo: Nesta comunicação refletimos sobre os espaços rurais, dando particular ênfase aos territórios mais marginalizados, onde se incluem as comunidades de montanha. Estas aldeias, durante décadas registando processos de declínio demográfico e socioeconómico e de abandono, são hoje espaços fragilizados. Mas estão também associadas a novas narrativas sobre o rural, onde se destacam as funções que prestam ao nível da manutenção de serviços de ecossistema vitais para a sociedade, mas também a crescente valorização de dimensões da qualidade de vida, ligadas ao ambiente e às interações sociais, que são hoje mais favoráveis a estes espaços. Manter os territórios rurais vivos é parte da estratégia para uma Europa mais verde, sustentável e com mais biodiversidade, e para a efetiva concretização de uma sociedade mais inclusiva e justa. As metodologias participativas à escala das pequenas comunidades – envolvendo nos processos de planeamento, decisão e ação as pessoas que vivem e trabalham nas aldeias – são cada vez mais necessárias para gerir as complexas e desafiantes dinâmicas que podem levar à revitalização destes territórios rurais de montanha. Apresenta-se o estudo de caso desenvolvido numa aldeia de montanha do Alto Minho, onde se desenrolou um intenso trabalho de diagnóstico participativo, aplicando técnicas qualitativas e quantitativas. As evidências aqui encontradas vão no sentido das tendências detetadas noutros contextos europeus, com a aldeia a transitar para um modelo claramente multifuncional, alavancado por uma recente expansão da sua atividade turística. Esta transição gera dinâmicas que já estão a alterar as perceções dos residentes sobre o território, a comunidade, o seu futuro e sobre as relações com o mundo urbano e global. A revitalização é já um processo emergente, mas não está isenta de riscos ou de possibilidades de melhoria, cuja concretização implica múltiplos atores e novas práticas de governança.

Palavras-chave: Comunidades locais, Montanha, Desenvolvimento rural; Serviços de Ecossistema; Metodologias participativas.

YOUR GREEN IS NOT MY GREEN. GIVING VOICE TO LOCAL COMMUNITIES FOR A MORE INCLUSIVE GREEN TRANSITION

Abstract: In this paper, we reflect about rural areas with a particular emphasis on the most marginalized territories, including the mountain communities. These villages, which suffered from abandonment and from socioeconomic and demographic decline, are fragile spaces. However, they are also associated to new narratives about the rural, which highlight its roles maintaining key ecosystem services for society, but also the increasing of quality-of-life perceptions favorable to these areas, linked to environmental amenities and social interactions. Keeping rural territories alive is part of the strategy for a greener, more sustainable and more biodiverse Europe, as well as for the effective implementation of a more inclusive and just society. Participatory methodologies at the scale of small communities – involving the people who live and work in the villages in the processes of planning, decision-making and acting – are increasingly needed to manage the complex and challenging dynamics that can lead to the revitalization of these rural mountain territories. We present the case study of a mountain village in Alto Minho, where an intense work of participatory diagnosis took place, applying qualitative and quantitative techniques. The evidence found here is in line with the trends detected in other European contexts, with the village witnessing a transition to a clearly multifunctional model leveraged by a recent expansion of its tourist activity. This transition generates dynamics that are already changing the residents' perceptions about the territory, the community, their future and their relationships with the urban and global world. Revitalization is already a rising process, but it does not come without risks or possibilities for improvement, which depend on multiple actors and new governance practices.

Keywords: Local communities, mountain, rural development, ecosystem services, participatory methodologies

1. INTRODUÇÃO

A urbanização e globalização das sociedades, que continua a aprofundar-se já em pleno século XXI, tem sido acompanhada pela persistência de processos de despovoamento e de marginalização de territórios rurais em várias regiões europeias. Estes processos de marginalização contemporâneos constituem um desafio para as políticas europeias de coesão e de desenvolvimento regional e rural. Por um lado, porque o declínio demográfico e socioeconómico das localidades rurais periféricas continua a ser um problema de equidade social e territorial, refletindo situações de privação material relativa e, sobretudo, de difícil acessibilidade a oportunidades, bens e serviços relevantes para o bem-estar das pessoas e das comunidades locais. Por outro porque o despovoamento progressivo de várias áreas rurais europeias é cada vez mais considerado um fator de degradação de ecossistemas e de valores culturais, repercutindo-se

negativamente no bem-estar social e económico das regiões onde se inserem e, em última análise, na própria sustentabilidade do desenvolvimento à escala global.

Os espaços rurais localizados em áreas de montanha são um caso paradigmático. Devido às dificuldades inerentes ao relevo e à localização, muitas áreas montanhosas registam fortes declínios demográficos e uma elevada vulnerabilidade socioeconómica (Nordregio, 2004; O'Rourke et al., 2016). Enquanto sistemas biofísicos as montanhas proporcionam serviços de ecossistema muito relevantes, destacando-se o seu papel no fornecimento de água doce e na regulação dos ciclos hidrológicos, como refúgio da biodiversidade, na produção de energias renováveis e sequestro de carbono e enquanto espaços de recreio e turismo de natureza (European Environment Agency, 2010; Körner & Ohsawa, 2005; Nordregio, 2004). As paisagens e os ecossistemas de montanha europeus não são apenas sistemas naturais, e nesse sentido devemos falar de paisagens culturais, que refletem os efeitos de uma intervenção humana secular, estreitamente articulada com os sistemas e recursos naturais locais (Agnoletti, 2014; Aguiar et al., 2009). O abandono das aldeias de montanha, acompanhado de uma regressão da atividade agro-silvo-pastoril, pode comprometer vários destes serviços de ecossistema. Ao nível da biodiversidade o abandono agrícola e da pastorícia afeta negativamente diversas espécies e habitats com interesse de conservação (Honrado et al., 2017; Moreira & Lomba, 2017; O'Rourke et al., 2016). Identificam-se outros riscos decorrentes da ausência de gestão de proximidade, destacando-se o agravamento risco de incêndio, mas também de outros problemas ambientais como sejam o desmoronamento de terras ou a desregulação do ciclo hidrológico, como secas ou cheias (Agnoletti, 2014; Madureira et al., 2013a).

A urgência na alteração dos modelos de intervenção nestas áreas torna-se particularmente notória quando a persistência do declínio demográfico se traduz na existência de aldeias ameaçadas de desaparecimento a curto prazo enquanto espaços permanentemente habitados. O que poderá levar a que comunidades com uma longa história e com um futuro potencialmente promissor possam ser apagadas do mapa (Pinilla & Sáez, 2021). Algumas notas de otimismo surgem nos últimos anos. A primeira, paradoxalmente, radica no contexto da grave crise ecológica em que vivemos, por se refletir na revalorização das pessoas das comunidades locais rurais, com destaque para os agricultores, criadores de gado e produtores florestais, e no seu crescente protagonismo para assegurar uma boa gestão e preservação dos ecossistemas e dos recursos naturais (Honrado et al., 2017; Madureira et al., 2013a; Moreira & Lomba, 2017; O'Rourke et al., 2016; Pereira et al., 2005). A consciência social e política da importância de se manter os territórios rurais vivos, e funcionais enquanto sistemas socioeconómicos resilientes que usam e gerem os recursos endógenos e os valores naturais dos territórios, agudizou-se com a crise financeira de 2007 (Scott, 2013), o contexto pandémico Covid19 e, em Portugal, na sequência dos catastróficos incêndios de 2017 (Baptista, 2018; Simões et al., 2018). A segunda relaciona-se com o potencial de aproximação rural-urbano que decorre da maior conectividade e, sobretudo, da crescente digitalização da economia e da vida sociocultural, permitindo a diversificação económica das áreas rurais e novos modos de viver e trabalhar nestes espaços. Apesar de persistirem diferenças rural-urbano que devem ser analisadas em concreto, há evidências de que nos países europeus mais avançados se alcançou efetivamente uma substancial redução das tradicionais disparidades socioeconómicas entre a cidade e o campo (Shucksmith et al., 2009). Com as mudanças nas preferências, favoráveis a espaços com maior qualidade ambiental e qualidade de vida social, e a redução da penalização rural em termos de condições materiais de vida (Collantes & Pinilla, 2011; Pinilla & Sáez, 2021), emerge com um novo potencial no equilíbrio entre as vantagens e as desvantagens de avançar com projetos de vida em áreas rurais.

Ambas estas tendências estão associadas à ênfase na necessidade de adotar novas narrativas para os territórios rurais europeus, incluindo os mais periféricos e as aldeias de montanha, definindo-os também como espaços de oportunidades, com potencial de atração de novos residentes e investidores e com um papel relevante na construção da sustentabilidade regional e global. A concretização deste potencial, no entanto, dificilmente poderá ser alcançada sem que as políticas e os modelos de governança se adaptem aos novos desafios. Interessa perceber, para cada território rural em concreto, como é que os atores políticos, institucionais e da sociedade civil podem tirar partido deste contexto estrutural para reverter os processos de declínio e construir modelos alternativos e vibrantes de desenvolvimento rural, simultaneamente mais inclusivos e mais verdes. Da revisão da literatura destacam-se as recomendações para um maior e mais efetivo envolvimento das comunidades locais nos processos de planeamento e decisão, assim como uma cooperação mais intensa e consistente entre atores locais, regionais e suprarregionais na sua intervenção sobre estes territórios (Dax & Fischer, 2018; Pinilla & Sáez, 2021; Torre & Wallet, 2015).

Este artigo integra uma revisão da literatura no âmbito do planeamento e desenvolvimento rural, e apresenta um estudo de caso focado nas aldeias de montanha do Alto Minho, região NUTIII localizada no noroeste de Portugal. Estas aldeias registam um processo longo de declínio demográfico e de envelhecimento populacional, mesmo albergando importantes patrimónios naturais e culturais, onde destacamos uma parte do Parque Nacional da Peneda-Gerês e a recém classificada Paisagem Cultural de Sistelo, elevada à categoria de monumento nacional. Na estratégia de desenvolvimento regional Alto Minho 2020 definiram-se expectativas para estes territórios que incidem no seu potencial enquanto espaços de elevado valor natural, paisagístico e cultural, contribuindo para qualificar e sustentar o território enquanto espaço para viver e trabalhar, mas também para visitar (Mateus, 2013). A persistência do declínio demográfico das aldeias de montanha motivou um conjunto de parceiros regionais para avançar com o projeto *Acontece in Loco – Montanha do Alto Minho*, com os objetivos de compreender melhor estes territórios e testar a aplicação de metodologias participativas para avaliar a sua pertinência e exequibilidade para criar novas dinâmicas nestas aldeias.

O projeto desenvolveu-se na forma de um diagnóstico participativo à escala de uma aldeia, recorrendo a entrevistas, grupos de discussão temáticos e questionários, aplicados aos residentes, a atores institucionais chave e visitantes 2019³². A evidência empírica demonstra que a comunidade local tem consciência da trajetória de declínio sociodemográfico, mas que procura resistir-lhe. Detetaram-se dinâmicas de reestruturação e inovação, quer na atividade agro-silvo-pastoril, quer no turismo, que os residentes consideram essenciais para tentar reverter o declínio. A aldeia está em plena transição para uma economia mais multifuncional, onde se incluem funções de produção, de conservação e de recreio e turismo. A partir das perceções dos habitantes da aldeia é possível identificar desafios ao nível da redefinição destas funções e na sua articulação à escala local, bem como na necessidade de promover processos de intervenção que permitam à comunidade local desenvolver novas competências e alcançar maiores níveis de emprego e de rendimento, mas também uma maior qualidade de vida. Debate-se ainda o papel essencial a desempenhar por atores externos, sobretudo à escala regional, propondo-se novas abordagens que sejam mais integradoras da voz das pessoas que vivem e trabalham nas aldeias.

2. NOVAS ABORDAGENS AO PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Há uma relevante literatura científica dedicada ao estudo do desenvolvimento rural, nas quais se identifica a necessidade de novas abordagens no desenho e na implementação de políticas públicas para a revitalização de áreas rurais em declínio (Frank & Reiss, 2014; Dax & Fischer, 2018; Naldi et al., 2015; Pinilla & Sáez, 2021; Torre & Wallet, 2015). Estes estudos olham criticamente sobre as políticas europeias e nacionais de desenvolvimento rural e regional e para a sua progressiva transformação, quer em função da evolução dos problemas territoriais a que visam dar resposta, quer pela emergência de novos princípios, conceitos e experiências que foram alterando as narrativas sobre o rural. Sob um panorama de relativa inércia institucional e política, os autores advertem para a necessidade de uma rápida reformulação dos modelos de intervenção, com a tónica principal a ser colocada na necessidade de abordagens que sejam mais integradas, participativas e promotoras da capacitação das pessoas e dos atores à escala das comunidades locais. Estes modelos de governança exigem a cooperação entre múltiplos atores, atuando em diferentes escalas, mas colocando a tónica na perspectiva de quem vive, ou potencialmente gostaria de viver, em pequenas localidades rurais. A sua aplicação é particularmente relevante e necessária para os territórios que, nas últimas décadas, têm vindo continuamente a perder população e dinamismo.

Encontramos na literatura um renovado interesse pelo tema do planeamento rural no contexto dos países mais desenvolvidos. O mundo rural não só já não é essencialmente agrícola, como tem vindo a afirmar-se pelas funções vitais que assegura para o bem-estar humano, onde se incluem a produção de alimentos, mas também o fornecimento de água doce, adaptação e mitigação em contexto de alterações climáticas e conservação da biodiversidade em ecossistemas e paisagens que contribuem diretamente para o bem-estar, não só dos residentes, mas de todos os que utilizam estas áreas para lazer e turismo (Frank & Reiss, 2014; Torre, 2015; Torre & Wallet, 2015). São em particular referidos os movimentos e estudos sobre a sustentabilidade socio-ecológica e a resiliência, que redescobriram o planeamento rural como uma plataforma adequada para integrar questões de justiça social e económica, culturais e ambientais (Frank & Reiss, 2014).

O conceito de comunidade, pensada como pequena localidade ou uma aldeia, surge recorrentemente na literatura como sendo uma unidade socio-ecológica pertinente para o planeamento rural, entendido como processo participativo e orientado para o desenvolvimento e inovação (Frank & Reiss, 2014; Pinilla & Sáez, 2021). Este facto decorre da dimensão sociocultural destas comunidades, assentes numa identidade própria, ligada a uma história e a um espaço de vida comum e a sistemas de reciprocidade e de solidariedade vicinais que foram resistindo às forças individualizadoras da modernidade, muitas vezes por necessidade dado o relativo isolamento de algumas localidades. O vínculo ao lugar e à comunidade tende a definir-se no longo prazo, por vezes para além da própria vida, como refletem as palavras de uma avó confortada com a ideia de que na sua casa, valorizada pela geração mais nova com um projeto de turismo na Galiza rural, a chaminé irá continuar a deitar fumo (Álvarez & Cortes-Vazquez, 2020). As comunidades rurais e os seus atores, à escala local, formam sistemas socioculturais que, não estando isolados de outras redes e contextos, têm elementos de especificidade e lógicas internas de regulação cuja descrição, compreensão e consideração pode fazer a diferença entre processos de intervenção bem ou malsucedidos. A falta de adequação de políticas e modelos de intervenção aos contextos e às comunidades, passando pela desconsideração das expectativas e dos saberes das pessoas e atores locais, não só pode resultar em resistências inesperadas a medidas supostamente virtuosas, como será sempre uma oportunidade perdida para a criação de formas de capital social que liguem o local ao regional e que articulem melhor e mais duradouramente os interesses e as expectativas do rural e do urbano (Pinilla & Sáez, 2021; Westlund & Kobayashi, 2013).

A escala micro-territorial de intervenção é também essencial para as abordagens que, a partir da ecologia e da conservação da natureza, têm vindo a sustentar ser necessário dar protagonismo aos agricultores e às comunidades locais nas estratégias e práticas de conservação (Aguiar et al., 2009; Pereira et al., 2005). Há várias razões para tal: (1) os agricultores, em sentido lato, usam e gerem as terras e os recursos naturais e detêm conhecimentos específicos e dificilmente transferíveis sobre o sistema biofísico que os rodeia (Aguiar et al., 2009); (2) as comunidades locais, incluindo os residentes não agricultores, são as primeiras a ser afetadas por alterações nos ecossistemas que afetem a sua segurança, a sua qualidade de vida e o valor potencial do seu património (Pereira et al., 2005) e, por fim, (3) em contextos relativamente isolados e com escassez de infraestruturas e meios técnicos e humanos, as comunidades locais

³² Estudo realizado no âmbito do projeto *Acontece in Loco – Montanha do Alto Minho*, financiado pelo PDR2020 no âmbito da medida “Observação dos territórios rurais e da Agricultura”, da Rede Rural Nacional (site).

tendem a ser mais expeditas e empenhadas em detetar problemas e procurar vias para a sua resolução (Collantes & Pinilla, 2011).

A aplicação de metodologias participativas no planeamento rural à escala local traduz-se em processos de aprendizagem fundamentais, quer para as pessoas e atores locais, quer para os técnicos e atores institucionais que representam interesses externos ou supralocais. Uma governança equilibrada depende, como bem sintetizam (Westlund & Kobayashi, 2013) de abertura por parte dos residentes locais (*open-minded localism*), mas também de abertura dos atores institucionais (*open minded expertise*), como condições para se estabelecerem relações de confiança e de entendimento mútuo necessárias à superação de conflitos e a efetivas formas de cooperação duradoura. Os autores citados abordam a questão da gestão florestal como processo participado pelas comunidades locais, incluindo produtores e residentes, também realçada para Portugal (Oliveira Baptista, 2018) mas pode remeter para dinâmicas de desenvolvimento turístico (Kastenholz et al., 2014; Lane & Kastenholz, 2015) mesmo de aproveitamento de energias renováveis. Aliás, uma das notas a retirar da bibliografia é a necessidade de superar as lógicas setoriais de intervenção, criando espaços de debate, reflexão e planeamento em que efetivamente se têm em conta as comunidades e os territórios como sistemas socio-ecológicos, ou seja, constituídos por elementos interligados de forma densa, complexa e dinâmica, articulando pessoas e natureza.

Neste sentido, os processos de planeamento participativo, ao envolver as pessoas e ao promover diálogos e debates, permite trazer ao conhecimento e à discussão um maior número de elementos relevantes e de posicionamentos possíveis perante determinadas tendências, opções e projetos. Um tipo de intervenção que tende a produzir efetivamente melhores resultados, embora ocorra mais facilmente em contextos não demasiado fragilizados (Correia & Figueiredo, 2010).

3. A MONTANHA DO ALTO MINHO – TERRITÓRIOS EM DECLÍNIO?

Apresentamos resultados da investigação desenvolvida numa pequena aldeia de montanha no projeto Acontece in Loco – Montanha do Alto Minho. O projeto partiu da constatação de desigualdades persistentes entre as áreas de montanha e o restante território, e da perceção do risco de despovoamento e abandono das aldeias de montanha (Quadro 1). Enquanto abordagem metodológica inovadora promoveu-se um diagnóstico participativo à escala de uma aldeia (Sistelo, Arcos de Valdevez). O trabalho de campo concentrou-se no ano de 2019, envolvendo entrevistas a atores-chave, grupos de discussão temáticos (focus-group) e questionários, aplicados aos residentes (N=48) e a visitantes (N=267). As áreas temáticas definidas foram (1) Viver e trabalhar; (2) Agro-silvo-pastorícia; (3) Turismo e (4) Biodiversidade e Floresta, procurando abarcar as várias dimensões do socio-ecossistema e suas interações. Neste artigo incorporamos ainda dados posteriores, proporcionados pelas últimas estatísticas censitárias da população e da agricultura em Portugal, nos quais se confirmam as tendências de declínio previamente identificadas.

A segunda metade do século XX foi palco de profundas mudanças estruturais no país, e o forte processo de urbanização e de reestruturação económica fez-se também sentir nesta região no Noroeste, prolongando-se até ao presente. Conhecido como um anfiteatro voltado para o Atlântico, distinguem-se no Alto Minho os concelhos do litoral e do interior, não apenas pela localização, mas também pela concentração das montanhas nestes últimos. As disparidades territoriais entre eles acentuaram-se, distinguindo-se a dinâmica expansiva da cidade de Viana do Castelo, mas também dos concelhos adjacentes até Valença, que no período de 100 anos (entre 1920 e 2021) mantiveram níveis populacionais próximos dos valores históricos. No interior, mais montanhoso, registam-se acentuados declínios populacionais e forte envelhecimento demográfico e os seus centros urbanos (vilas) têm atualmente reduzida expressão populacional. O indicador de poder de compra per capita remete para as disparidades económicas, ainda presentes, subjacentes a estas dinâmicas demográficas.

Quadro 1: Indicadores demográficos, económicos e territoriais, por concelho, no Alto Minho

	Concelhos	I Pop. 2021 (1920=100)	I Env. (2020)	PCC (PT=100; 2017)	pc	Pop. Urbana (2011; %)	Pop. montanha (1940; %)	Área montanha (%)
		(1)	(2)	(6)		(3)	(4)	(5)
Litoral	V. Castelo	162,4	199,4	93,1		61,7	1,7	7,0
	Pte Lima	115,9	189,4	71,0		19,8	3,1	4,2
	Caminha	103,6	238,3	78,9		52,0	3,4	22,6
	V. N. Cerveira	90,3	207,4	84,2		15,5	0,0	0,0
	Valença	89,4	230,8	82,7		36,5	1,9	7,2
Interior	Pte. Barca	84,7	248,4	64,4		27,7	25,0	51,4
	Monção	70,1	313,5	70,2		12,8	25,4	43,3
	A. Valdevez	62,2	339,8	67,8		8,6	40,1	72,6
	P. Coura	61,3	254,9	66,4		17,2	39,6	55,9
	Melgaço	50,4	468,1	62,0		16,9	47,5	80,9

Notas: ⁽¹⁾ Índice de variação populacional entre 1920 e 2021 (Fontes: INE, Censos 1920 e Censos 2021 – Resultados preliminares); ⁽²⁾ Índice de envelhecimento demográfico (Fonte: INE, Estimativas população residente 2020); ⁽³⁾ Índice de poder de compra concelhio per capita em 2017 (Fonte: INE); ⁽⁴⁾ População residente nas freguesias classificadas como Áreas Predominantemente Urbanas (Fontes: INE, Censos 2011; INE, TIPA2009); ⁽⁵⁾ População residente em 1940 nas freguesias de montanha definidas no projeto Acontece in Loco, com mais de 45% da superfície territorial acima dos 400 metros de altitude (Fonte: Censos INE 1940, cálculos próprios); ⁽⁶⁾ Peso da área das freguesias de montanha no total da área concelhia (Fonte: DGT, cálculos próprios).

Esta transformação foi acompanhada por mudanças substanciais nas áreas rurais, em grande medida capturadas pela diminuição do peso da agricultura na economia e no emprego, mas também enquanto modo de relação das famílias e das pessoas com os sistemas naturais do espaço onde residem. Estas mudanças ficam bem patentes quando analisamos o peso da população agrícola familiar (que vive em explorações agrícolas) no total da população residente (Quadro 2). Esse peso continua a diminuir, mas mantém-se substancialmente mais elevado nos concelhos do interior e mais montanhosos, onde a instalação de indústrias e de serviços tende a ser reduzida. Note-se, em todo o caso, que o rural já não é predominantemente agrícola (Oliveira Baptista, 1996).

Quadro 2: Peso da população agrícola familiar na população residente, por concelho, no Alto Minho

	Concelho	PAF2009/Pres2011 (%)	PAF2019/Pres2021 (%)
Litoral	Viana do Castelo	5,9	4,6
	Ponte de Lima	20,8	16,6
	Caminha	7,8	6,1
	Vila Nova de Cerveira	8,9	6,6
	Valença	14,5	8,5
Interior	Ponte da Barca	19,6	19,3
	Monção	30,4	24,3
	Arcos de Valdevez	25,6	21,8
	Paredes de Coura	29,7	23,1
	Melgaço	29,6	30,3
Alto Minho		15,5	12,4
Portugal		7,5	6,4

Fontes: INE, Censos 2011 e 2021 e Recenseamento Agrícola 2009 e 2019. Elaboração própria.

A objetividade e as evidências contidas nestes dados poderão não refletir todas as dinâmicas pertinentes para a análise do desenvolvimento dos territórios de montanha nesta região. Tal como a inovação em meio rural é muitas vezes invisível aos indicadores mais focados no mundo urbano-industrial (Madureira et al., 2013b), também podem existir fenómenos sociais emergentes que ainda não se repercutiram nas estatísticas. Por outro lado, o reconhecimento da espiral negativa de desenvolvimento associada ao declínio demográfico implica, como já anteriormente se sublinhou, que se procurem criar trajetórias e modelos de intervenção alternativos para reverter essa espiral (Dax & Fischer, 2018).

4. SISTELO – REVERTER O DECLÍNIO SEM PERDER A ESSÊNCIA

A aldeia de Sistelo, no concelho de Arcos de Valdevez, foi o contexto microterritorial no qual se desenvolveu um diagnóstico participativo, mobilizando para o efeito um conjunto de atores regionais e locais, assegurando uma abordagem multidimensional ao território que, privilegiando os saberes, perceções e expectativas dos residentes incluiu, também, informações e contactos com atores institucionais que intervêm neste sistema socio-ecológico. À semelhança de outras aldeias de montanha do Alto Minho, a economia tradicional de Sistelo assentava na agro-silvo-pastorícia, com uma importante componente de gado bovino e numerosos rebanhos de pequenos ruminantes. No período 1864-1960 a freguesia era o espaço de vida e de trabalho de 750 habitantes, em média, entrando posteriormente num processo de êxodo rural, e registando apenas 199 habitantes no último censo (INE, Censos 2021).

A evidência empírica demonstra que a comunidade local tem consciência da trajetória de declínio sociodemográfico e do risco de despovoamento: *“Isto está muito mal, cada vez é pior...é mais velhotes, e os velhotes vão desaparecendo”* (M, 49)³³. Há uma nostalgia do passado populoso e da animação laboriosa que percorria a paisagem: *“...pessoas passavam lá, naqueles caminhos, uns p’ra um lado outros p’ra outro, com o gado, com coisas p’ra cavar (...). Uma alegria, aquelas lavradas, muita gente, os campos todos lavrados”* (M, 76). Mas há igualmente uma resistência a este cenário mais negativo, partilhada pelos mais velhos e pelos mais novos, como se pode apreciar nas palavras desta jovem: *“Gostava que Sistelo não saísse do mapa, gostava que o que há aqui se mantivesse, as casas que há, e pessoas, gostava que aqui continuasse a haver pessoas.”* (M, 26). Há um predomínio de razões económicas e profissionais na decisão dos jovens de (e)migrar mas detetámos, igualmente, elementos de atratividade do território enquanto espaço de vida, que incluem aspetos ambientais (ambiente saudável, ar puro), mas também sociais (segurança, interconhecimento e entreaajuda vicinal). Não se podem escamotear as expectativas dos residentes mais jovens ou com experiências de emigração às oportunidades mais diversificadas e à facilidade de acesso a bens e serviços da modernidade, em grande medida ainda escassos na aldeia.

Está em curso uma estratégia local para revitalizar a aldeia, protagonizada pela Junta de Freguesia e pelo município, que adere bem ao conceito de território multifuncional. Sem esquecer as atividades tradicionais (manter a agro-silvo-pastorícia e valorizar os produtos locais), procura sobretudo tirar partido das oportunidades criadas pela expansão da procura turística por espaços de elevado valor ecológico (Reserva da Biosfera Gerês-Xurês e Rede Natura 2000) e por paisagens singulares em termos cénicos. Um dos pontos altos desta estratégia foi a classificação, em 2018, da paisagem de socos de Sistelo como Paisagem Cultural, na categoria de monumento nacional (Decreto n.º 4/2018, de 15 de janeiro). A rápida expansão da afluência de visitantes a Sistelo, nos últimos anos, contrasta com um longo período anterior com projetos de qualificação e de alojamento turístico, parcialmente financiados pela iniciativa LEADER, mas

³³ Apresentam-se citações selecionadas dos discursos registados ao longo do trabalho de campo do projeto, indicando o género (M – mulher; H – homem) e a idade das pessoas.

que tiveram reduzida expressão e impacto. Acumulam-se evidências de um crescimento tremendo da procura das populações urbanas por espaços naturais e rurais para atividades recreativas, tal como refere para outros contextos (Torre, 2015).

Uma grande maioria das pessoas da comunidade, quando inquiridas, considerou o fenómeno da expansão do turismo como essencial para o desenvolvimento de freguesias de montanha, como Sistelo (88% dos inquiridos; N=48). Quem visita a aldeia fica com uma impressão muito positiva, com 93% dos inquiridos a afirmar que recomendaria a visita a familiares e amigos (N=267), e igual percentagem, já em questionário pós-visita realizado on-line, considera que Sistelo é uma aldeia especial (N=52). Esta dinâmica emergente, que tivemos a oportunidade de apreciar *in loco*, já se refletiu em impactos socioeconómicos, nomeadamente pela criação de novas infraestruturas, negócios e emprego, e tem vindo a traduzir-se, igualmente, em processos relevantes de alteração das perceções da comunidade local relativamente às suas atividades, à vida na aldeia e às relações rural-urbano. Permitiu também uma análise comparativa das perceções de residentes e visitantes, reveladora da existência de elementos culturais distintos, e uma apreciação, contextualizada no tempo e no espaço, dos desafios que o território experiencia ao nível da conciliação das funções de produção, conservação da natureza e recreio e lazer.

A caracterização da oferta de alojamento e de restauração, com base em questionários aos respetivos proprietários, confirma o dinamismo recente que o turismo trouxe para a economia local. Identificaram-se 8 unidades de alojamento, nas modalidades de Casa de Campo e de Alojamento Local. A maior parte abriu recentemente, com metade das 28 camas existentes a surgir nos anos de 2018 e 2019. A oferta de restauração contava com 4 estabelecimentos em 2019, dos quais 3 se mantinham abertos todo o ano. Dois deles existiam anteriormente, outros 2 abriram em 2018, e todos eles têm recentes investimentos de qualificação e/ou ampliação. A restauração é mais relevante em termos de criação de emprego, proporcionando ocupação permanente a 8 pessoas e chegando a ocupar 19 nos períodos mais movimentados. Desde então já abriram, ou estão em construção, mais estabelecimentos, alojamentos e infraestruturas vocacionadas para os visitantes, incluindo um Centro Interpretativo da Paisagem Cultural.



Figura 1: Paisagem de Socalcos de Sistelo, freguesia de montanha do Alto Minho

As autoras deste artigo iniciaram o seu trabalho de campo em Sistelo no ano de 2017, antes do início do projeto *Acontece in Loco*. Nessa altura o turismo era ainda incipiente, e os residentes, principalmente agricultores e criadores de gado de maior idade, não perspetivavam a paisagem como uma atração turística. Pelo contrário, viam com alguma estranheza o deslumbramento que os visitantes demonstravam pelos socalcos, pelos modos de vida e pelo relativo isolamento da aldeia. Para os residentes, os socalcos representavam sobretudo trabalho árduo, dificuldades de acesso, restrições à utilização de máquinas, escassas produções e um fator de repulsão dos mais novos. Estas observações são consistentes com os resultados de um estudo prévio realizado na mesma aldeia, no âmbito do *Millenium Ecosystem Assessment* (Pereira et al., 2005). A perspetiva de uma morte anunciada, cenário realista para muitos dos residentes, radicava no trajeto em espiral negativa, já antes mencionado. Um cenário futuro mais otimista, de revitalização demográfica e socioeconómica, fortemente dependente dos valores ecológicos e paisagísticos presentes no território, começou a fazer-se sentir nos anos seguintes.

A atividade agro-silvo-pastoril usa os socalcos, concentrados em redor dos lugares, e depende igualmente de uma grande extensão de áreas de pastagens, matos e floresta que, em conjunto, formam o Baldio de Sistelo, cuja área corresponde a

88% da superfície total da freguesia. A paisagem de socalcos, fruto de laboriosa atividade das gerações pretéritas e atuais, é hoje reconhecida pela comunidade como um recurso, cujos benefícios vão além da escala local e da função produtiva (Figura . A sua classificação como Paisagem Cultural, a promoção mediática dos socalcos à escala nacional e a sua clara valorização pelas empresas de turismo a operar no território, contribuem para este novo olhar dos residentes. No que se refere à manutenção do pastoreio no monte, são mais valorizados os benefícios diretos para os residentes, essencialmente por “*manter longe o fogo e as feras*”. A comunidade local faz uma avaliação mais circunscrita dos benefícios do pastoreio, o que nos faz crer não ter ainda em total consideração o valor dos serviços de ecossistema que esta atividade contribui para manter, e que transcendem claramente a escala local, e até regional, como sejam a preservação de biodiversidade e serviços de regulação.

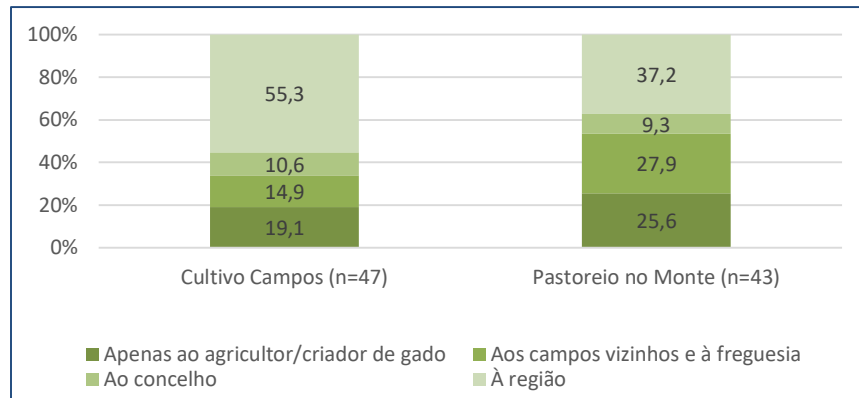


Figura 2: Percepção das pessoas da comunidade sobre quem beneficia do cultivo dos campos e do pastoreio do monte

A “biodiversidade e a paisagem natural” foi a motivação principal apontada pelos visitantes para a sua visita a Sistelo (87%), logo seguida da paisagem de socalcos (86%), e da existência de bons percursos para caminhadas (86%). Este potencial de atração que a natureza de Sistelo exerce sobre quem vem da cidade é reconhecido por 94% dos residentes inquiridos. Interessa, porém, salientar que 90% destes últimos concorda igualmente com a afirmação de que “as pessoas de Sistelo dão pouco valor aos animais e plantas selvagens”.

O distanciamento, ou aparente desinteresse, das pessoas da própria comunidade relativamente à biodiversidade silvestre que existe no seu território manifesta-se também nas percepções relativas ao lobo, espécie simbólica da proteção da natureza em Portugal. Pesam nesta avaliação os prejuízos diretos e indiretos que este predador causa aos criadores de gado, que apesar de tudo aceitam fazer parte do ecossistema: “[o lobo] *também terá de continuar, não estou contra ele, ele já cá andava*”. Estas questões evidenciam que a avaliação e percepção da relação entre as pessoas e a natureza assume perfis substancialmente diferenciados entre quem vive e trabalha na montanha e quem a visita. Arriscamos duas possíveis explicações para este facto. A primeira reside no tipo de relação entre pessoas e natureza que distingue a montanha, e outros espaços de dominância silvestre, do conjunto dos espaços mais artificializados e densamente habitados. No primeiro tipo de contexto a natureza é algo que se impõe e que exige respeito. E também algo que tem de ser permanentemente domesticado, dependendo dessa capacidade de controlo a segurança e o bem-estar das pessoas. Relembremos que, para quem vive nas aldeias, é essencial manter o cultivo dos campos à volta das casas e dos lugares, e o pastoreio nos montes como forma de controlar a expansão dos matos e da floresta e as feras permaneçam fora do espaço de vida das aldeias. A relativa ausência de uma atitude contemplativa e de fruição da biodiversidade silvestre dentro da comunidade torna-se assim compreensível. Por outro lado, para alguns habitantes, a grande familiaridade que têm com a natureza que os rodeia - “*fomos nascidos e criados nisto*” - pode igualmente ser um fator de desvalorização relativa. Já quando emigram sentem profundamente a falta dos ares, da liberdade e da natureza agreste dos montes, havendo mesmo quem refira ter sido esse um motivo do regresso. A perspetiva dos visitantes, maioritariamente urbanos, parece refletir a visão que muitos portugueses têm do “rural idílico”, romantizando a ligação do rural com os sistemas naturais (Silva et al., 2016).

As dinâmicas recentes em Sistelo também vieram diversificar internamente a estrutura socioprofissional e tornaram o território muito mais atrativo para investidores de fora. Os desafios da conciliação entre produção agro-silvo-pastoril e florestal, conservação da natureza e turismo têm subjacente a ideia de que estas funções são interdependentes. A paisagem e a biodiversidade dependem dos sistemas tradicionais de agricultura e pastorícia, que mantêm os socalcos e contribuem para manter um mosaico paisagístico mais rico e resiliente em torno das aldeias e no baldio. A biodiversidade e a paisagem são as principais atrações turísticas. O turismo pode induzir, junto dos agricultores, uma avaliação mais positiva do valor que a sua atividade gera ao nível da manutenção da biodiversidade e outros serviços de ecossistema vitais para a sociedade contemporânea. Porém, à semelhança do que acontece noutros contextos de montanha, esta conciliação exige processos ativos de gestão no sentido de se minimizarem alguns conflitos e potenciarem as sinergias, e de assegurar que se encontram trajetórias mais inclusivas e sustentáveis de desenvolvimento.

O crescimento do turismo não trouxe apenas vantagens, e os benefícios económicos que proporciona tendem a concentrar-se nas famílias ligadas a esta atividade. Entre as desvantagens são de referir a perda de tranquilidade e de privacidade: “*Eles tiram fotos à gente e eu digo-lhes que não (...) A gente não gosta.*” (M, 76). A forte afluência de visitantes,

associada à elevada sazonalidade da procura deste destino e a um perfil de turista nem sempre responsável condicionam algumas perceções menos positivas do turismo entre os residentes: “*Temos o turista bom, temos o turista mais ou menos, temos o turista mau, e temos aquele turista que chega e acha que é tudo dele, e que pode fazer e acontecer...e prontos!*” (M, 47). O aumento do número de visitantes em Sistelo é já percebido como um problema por 27% dos residentes e 45% dos visitantes. Os agricultores, principais gestores da paisagem e garantes da segurança e equilíbrio dos ecossistemas à escala local, não consideram obter benefícios diretos ligados à explosão do turismo: “*Há quem tire benefício, quem tem alojamentos e restaurantes*” (M, 69). Estas limitações ao contributo do turismo para o desenvolvimento rural vão encontro de evidências obtidas noutras aldeias (Figueiredo et al., 2014).

É certo que a Política Agrícola Comum proporciona importantes apoios aos agricultores, em parte como remuneração por serviços de ecossistema prestados. Estes apoios estão claramente na base de um aumento recente, já consolidado, nos efetivos pecuários na freguesia. No entanto, à semelhança dos agricultores e criadores de gado dos Pirinéus e de outros sistemas montanhosos europeus (Barnaud & Couix, 2020; O'Rourke et al., 2016), os agricultores de Sistelo não se sentem confortáveis com esta dependência financeira face ao Estado, preferindo uma maior valorização das suas produções. Mesmo com limitada capacidade negocial face aos compradores de gado, os agricultores têm relativa autonomia nas suas decisões comerciais e têm uma perceção nítida do resultado da sua atividade, que “*traz carne para o concelho e para o país. Carne de Cachena.*” (H, 67). Ao nível da gestão agro-silvo-pastoril orientada para a conservação da paisagem e da biodiversidade há ainda muito a fazer, quer para melhorar a perceção das interligações entre as práticas e objetivos de conservação, quer para vincular mais diretamente os benefícios financeiros a quem melhor os providencia. Desta transição para uma agro-silvo-pastorícia ainda mais verde, e mais consciente do seu papel, que implica processos relevantes de capacitação por equipas pluridisciplinares (Honrado et al., 2017) não só podem resultar padrões mais consistentes de conservação da natureza, como uma melhor integração entre o trabalho dos agricultores e o dos profissionais do turismo, nomeadamente através da co-criação de experiências turísticas mais enraizadas no território, como tem sido advogado para contextos similares (Kastenholz et al., 2014).

5. CONCLUSÃO

A persistência de espaços rurais europeus afetados pelo declínio demográfico e processos de marginalização coincide historicamente com um momento em que se acentua a perceção social e política da importância que estas áreas têm para a sustentabilidade do desenvolvimento e para o bem-estar humano, no presente e no futuro. Com a transição do rural agrícola para um rural multifuncional aumentam também os atores políticos, institucionais e da sociedade civil que olham para o rural como um espaço cujo potencial vai muito além da sua representatividade demográfica e económica atual. No entanto há muitas aldeias que, por força de décadas de saldos migratórios negativos, enfrentam sérios problemas de despovoamento e de perda de capital humano. A literatura recente sobre este tema realça a necessidade de uma intervenção mais consistente sobre estes territórios, que mobilize em simultâneo recursos e atores endógenos e exógenos às comunidades locais (Dax & Fischer, 2018; Frank & Reiss, 2014; Torre, 2015; Torre & Wallet, 2015).

O estudo de caso apresentado, focado numa aldeia de montanha do Alto Minho e realizado com metodologias participativas, revelou carências persistentes no acesso da população residente a infraestruturas e bens e serviços ligados à modernidade que se têm tornado mais relevantes para o bem-estar humano, independentemente da origem rural ou urbana das pessoas. Mas tornou-se igualmente evidente a emergência, sobretudo entre os mais jovens e emigrantes regressados, de uma apreciação positiva da qualidade ambiental e social da aldeia enquanto espaço de vida. O trabalho de campo e o contacto direto com as pessoas e com os lugares, permitiu recolher evidências de uma dinâmica emergente de revitalização, em grande parte alavancada pelo turismo, ainda não detetáveis através de dados oficiais. Saliente-se ainda que os discursos das pessoas da comunidade refletem uma preocupação com o futuro, e o empenho na sua construção em moldes que permitam às pessoas sentirem integradas na sociedade avançada e global em que vivemos, mas também garantindo a preservação da sua essência. A presença mais intensa de visitantes na aldeia contribuiu para acentuar, na comunidade local, a perceção da natureza e da paisagem como recurso. Mas evidenciou também o distanciamento, significativo, entre a visão de quem usa produtivamente as terras e os animais e vive rodeado pela natureza dominante, e quem tem, nestes espaços, um local de lazer.

A construção uma trajetória consistente, duradoura e inclusiva de desenvolvimento, que consiga reverter a espiral negativa que caracterizou as décadas precedentes, passa claramente por qualificar a pessoas e os atores locais para potenciar as diferentes valências do território e por assegurar equilíbrios e sinergias entre elas. As intervenções setoriais que têm sido privilegiadas parecem ser desajustadas a estes novos desafios, podendo comprometer os resultados pretendidos. Com as intervenções de animação local para o desenvolvimento ligadas ao programa LEADER a ficarem mais limitadas, por razões orçamentais e de orientação político-legal (Domingos et al, 2016), há que equacionar novos modelos de cooperação interinstitucional e de aproximação às comunidades locais. A experiência do projeto Acontece in Loco revelou-se promissora, embora também tenha vindo demonstrar que o trabalho em rede de atores regionais e locais, com participação de entidades públicas e privadas, da academia e dos vários setores económicos e socioculturais, carece de uma maior estruturação, foco e recursos no que se refere à sua atuação nestes territórios. No caso do Alto Minho, as aldeias de montanha poderiam beneficiar da criação de uma rede específica para o seu desenvolvimento.

Para que as trajetórias futuras sejam mais conciliadoras das múltiplas funções do rural há que reorganizar e capacitar os atores locais para alargarem o âmbito e natureza da sua ação. E assegurar que as entidades e organizações públicas e privadas que medeiam as relações entre o rural e o urbano, e que decidem sobre recursos humanos e financeiros

relevantes, estejam preparadas para intervenções sobre os territórios mais integradas e integradoras, e mais disponíveis para valorizar a capacidade das pessoas e das comunidades para debater, planear e agir.

REFERÊNCIAS

- Agnoletti, M. (2014). Rural landscape, nature conservation and culture: Some notes on research trends and management approaches from a (southern) European perspective. *Landscape and Urban Planning*, 126, 66–73. <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2014.02.012>
- Aguiar, C., Rodrigues, O., Azevedo, J., & Domingos, T. (2009). Montanha. In *Ecosistemas e Bem-estar Humano - Avaliação para Portugal do Millenium Ecosystem Assessment* (pp. 293–338).
- Álvarez, B. M., & Cortes-Vazquez, J. A. (2020). “May the smoke keep coming out the fireplace”: Moral connections between rural tourism and socio-ecological resilience in the EUME region, Galicia. *Sustainability (Switzerland)*, 12(11). <https://doi.org/10.3390/su12114602>
- Barnaud, C., & Couix, N. (2020). The multifunctionality of mountain farming: Social constructions and local negotiations behind an apparent consensus. *Journal of Rural Studies*, 73, 34–45. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2019.11.012>
- Collantes, F., & Pinilla, V. (2011). *Peaceful Surrender - the depopulation of rural Spain in the Twentieth Century*. Cambridge Scholars Publishing.
- Correia, J., & Figueiredo, E. (2010). Correia e Figueiredo, 2010, Voz às comunidades. In E. Figueiredo, E. Kastenholtz, M. C. Eusébio, M. C. Gomes, M. J. Carneiro, P. Batista, & S. Valente (Eds.), *Mundos Rurais em Portugal – Múltiplos Olhares, Múltiplos Futuros - Livro de Atas do IV Congresso de Estudos Rurais*. Universidade de Aveiro e Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais: 1230–1245.
- Dax, T., & Fischer, M. (2018). An alternative policy approach to rural development in regions facing population decline. *European Planning Studies*, 26(2), 297–315. <https://doi.org/10.1080/09654313.2017.1361596>
- Domingos, T., Oliveira das Neves, A., Marta-Pedroso, C. (Eds.) (2016). *Relatório Final da Avaliação Ex-post do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2007-2013 (ProDeR)*, Instituto Superior Técnico, Instituto de Estudos Sociais e Económicos e Instituto Politécnico de Bragança, Lisboa e Bragança.
- European Environment Agency. (2010). *Europe's ecological backbone: recognising the true value of our mountains*. <https://doi.org/10.2800/43450>
- Figueiredo, E., Kastenholtz, E., & Pinho, C. (2014). Living in a rural tourism destination-exploring the views of local communities. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 36(2), 1–12. <http://cms.ua.pt/orte/>
- Frank, K. I., & Reiss, S. A. (2014). The Rural Planning Perspective at an Opportune Time. *Journal of Planning Literature*, 29(4), 386–402. <https://doi.org/10.1177/0885412214542050>
- Honrado, J. P., Lomba, A., Alves, P., Aguiar, C., Monteiro-Henriques, T., Cerqueira, Y., Monteiro, P., & Barreto Caldas, F. (2017). Conservation Management of EU Priority Habitats after Collapse of Traditional Pastoralism: Navigating Socioecological Transitions in Mountain Rangeland. *Rural Sociology*, 82(1), 101–128. <https://doi.org/10.1111/ruso.12111>
- Kastenholtz, E., Eusébio, C., Figueiredo, E., Carneiro, M. J., & Lima, J. (2014). *Reinventar o Turismo Rural em Portugal Portugal-Cocriação de experiências turísticas sustentáveis*. UA Editora, Ed. Aveiro.
- Körner, C. (coord.), & Ohsawa, M. (coord.). (2005). Mountain Systems. In R. Hassan, R. Scholes, & N. Ash (Eds.), *Ecosystems and Human Well-Being: Current State and Trends* (pp. 681–716). Island Press. <https://www.millenniumassessment.org/documents/document.766.aspx.pdf>
- Lane, B., & Kastenholtz, E. (2015). Rural tourism: the evolution of practice and research approaches – towards a new generation concept? *Journal of Sustainable Tourism*, 23(8–9), 1133–1156. <https://doi.org/10.1080/09669582.2015.1083997>
- Mateus, A. (coord.) (2013). *Estratégia e Plano de Ação Alto Minho 2020 – Relatório Final*, CIM Alto Minho, Viana do Castelo.
- Madureira, L., Magalhães, P., Silva, P., Marinho, C., & Oliveira, R. (2013a). *Economia dos serviços de ecossistema um guia para conhecer e valorizar serviços de agroecossistemas em áreas protegidas de montanha*. Quercus-ANCN.
- Madureira, L., Gamito, T., Ferreira, D., Portela, J. (2013b). *Inovação em Portugal Rural – Detetar, Medir e Valorizar*, Principia Editora, Cascais
- Moreira, F., & Lomba, A. (2017). A importância da agricultura na preservação da biodiversidade. *Cultivar*, 8, 39–45.
- Nordregio. (2004). *Mountain Areas in Europe: Analysis of mountain areas in EU member states, acceding and other European countries Executive summary*. http://europa.eu.int/comm/regional_policy/sources/docgener/studies/study_en.htm
- Oliveira Baptista, F. (1996). Declínio de um tempo longo. In Brito, J.P. et al. (ed.), *O voo do Arado*. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia.
- Oliveira Baptista, F. (2018). Rural e floresta, caminhos por definir. In O. Simões (Ed.), *O rural depois do fogo* (pp. 45–60). Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais. Coimbra.
- O'Rourke, E., Charbonneau, M., & Poinsoy, Y. (2016). High nature value mountain farming systems in Europe: Case studies from the Atlantic Pyrenees, France and the Kerry Uplands, Ireland. *Journal of Rural Studies*, 46, 47–59. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2016.05.010>
- Pereira, E., Queiroz, C., Pereira, H., Pereira, E., Queiroz, C., Pereira, H. M., & Vicente, L. (2005). Ecosystem Services and Human Well-Being: a Participatory Study in a Mountain Community in Portugal. *Ecology and Society*, 10(2). <http://www.ecologyandsociety.org/vol10/iss2/art14/>

- Pinilla, V., & Sáez, L. A. (2021). What Do Public Policies Teach us About Rural Depopulation: The Case Study of Spain. *European Countryside*, 13(2), 330–351. <https://doi.org/10.2478/euco-2021-0021>
- Scott, M. (2013). Resilience: A conceptual lens for rural studies? *Geography Compass*, 7(9), 597–610. <https://doi.org/10.1111/gec3.12066>
- Shucksmith, M., Cameron, S., Merridew, T., & Pichler, F. (2009). Urban-rural differences in quality of life across the European union. *Regional Studies*, 43(10), 1275–1289. <https://doi.org/10.1080/00343400802378750>
- Silva, D., Figueiredo, E., Eusébio, C., & Carneiro, M. J. (2016). The countryside is worth a thousand words - Portuguese representations on rural areas. *Journal of Rural Studies*, 44, 77–88. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2016.01.012>
- Torre, A. (2015). New Challenges for Rural Areas in a Fast Moving Environment. In *European Planning Studies* (Vol. 23, Issue 4, pp. 641–649). Routledge. <https://doi.org/10.1080/09654313.2014.945811>
- Torre, A., & Wallet, F. (2015). Towards New Paths for Regional and Territorial Development in Rural Areas. *European Planning Studies*, 23(4), 650–677. <https://doi.org/10.1080/09654313.2014.945812>
- Westlund, H., & Kobayashi, K. (2013). Social capital and sustainable urban-rural relationships in the global knowledge society. In Westlund, H. & Kobayashi, K., *Social Capital and Rural Development in the Knowledge Society*, Edward Elding Publishing, Massachusetts: 1–17.